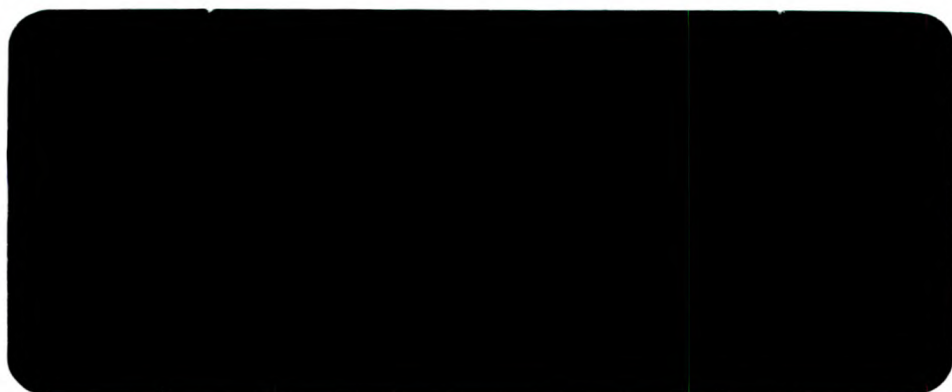


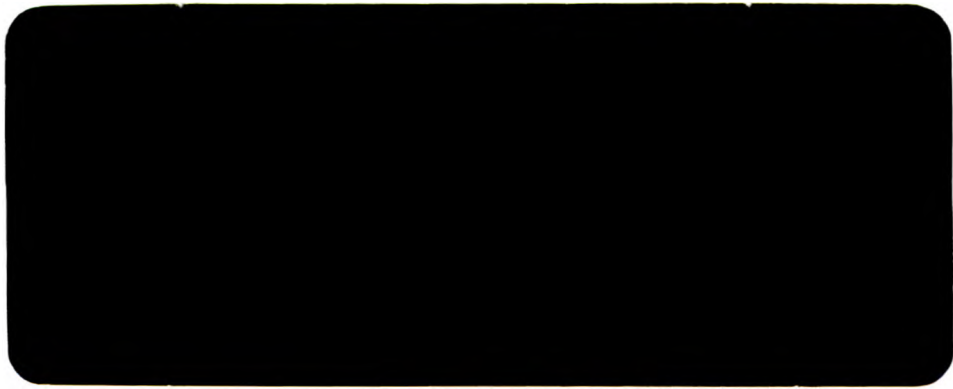
IICA



E50

BR9804034

ESCRITÓRIO NO BRASIL



**MEMÓRIA DO SEMINÁRIO SOBRE
ESTRATÉGIAS DE COMBATE A POBREZA RURAL:
DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E LOCAL**

**Eron Brasília Hotel
Brasília, DF, 1º e 02 de agosto de 1996.**

ESD

BR9804034

MEMÓRIA DO SEMINÁRIO SOBRE “ESTRATÉGIAS DE COMBATE À POBREZA RURAL: DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E LOCAL”, REALIZADO EM BRASÍLIA NOS DIAS 1º E 02.08.96 ¹

Dia 1º.08.96

I. ABERTURA DO SEMINÁRIO

Foi feita pelo Dr. Gilberto Páez, Representante do IICA no Brasil. Fez uma apreciação sintética do trabalho realizado pelo Instituto no Brasil, subordinada aos seguintes aspectos:

- i) Eventos marcantes da cooperação que vem sendo prestada;
- ii) A natureza da missão do IICA;
- iii) Participação institucional e impasses do trabalho do IICA; e
- iv) O caso brasileiro.

Em relação ao primeiro aspecto - Eventos Marcantes da Cooperação Prestada pelo Instituto -, teceu considerações sobre o desenvolvimento rural sustentável-DRS, uma parceria com o IICA e órgãos nacionais, daí destacando: a normatividade do DRS; o DRS em ação, compreendendo uma análise da política de resultados da cooperação em DRS, no Brasil; e o novo desenho institucional para o desenvolvimento rural sustentável-DRS.

O segundo ponto levantado referiu-se à missão do IICA, inicialmente, concebida a partir do discurso do Presidente Truman, em 1949. Das mensagens constantes desse discurso se derivaram o sentido da cooperação, envolvendo o ENSINO TÉCNICO e a própria cooperação, entre os países da América Latina, no marco da ação posta em prática pela OEA.

¹ Preparada por José Otamar de Carvalho, consultor do IICA.

Em terceiro lugar, destacou que os trabalhos até aqui desenvolvidos pelo IICA compreendem ações positivas e impasses, cuja evolução pode ser assim periodizada:

- **Anos de 1950 a 1960:** é posto em prática o chamado modelo de Turrialba, segundo o qual se fomenta a pesquisa e o treinamento, na base de cursos de especialização e pós-graduação. Nasce, no período, a extensão rural com as áreas de demonstração de San Roman e Yaguarón, entre outros. Os trabalhos de participação comunitária também foram enfatizados nessa década.

- **Anos de 1960 a 1970:** o Instituto começou a trabalhar as questões do desenvolvimento rural e da reforma agrária. Também passou a dar ênfase ao ensino a nível de pós-graduação em desenvolvimento rural e ao fortalecimento institucional do país.

- **Anos de 1970 a 1980:** as atividades desenvolvidas se adequaram aos rumos seguidos pelo desenvolvimento rural, fortalecendo-se a cooperação técnica do IICA com o Brasil.

- **Anos de 1980 a 1990:** nessa década foram enfatizadas ações relativas à integração de políticas regionais. Foram instituídos, a partir de então, mecanismos regionais importantes como os vinculados à execução do PROCODER, implementado pelo IICA, em parceria com os países participantes daquele programa.

- **Década de 90:** as atividades do IICA tiveram que ser reorientadas, diante das mudanças comandadas pelo processo de globalização. Essas mudanças estão afetando todo o mundo, as regiões e os países. A preocupação com a preservação do meio ambiente preside muitas das alterações em curso. No tocante ao desenvolvimento rural, o IICA passou a vincular suas ações à cooperação exigida para a elaboração de **planos de desenvolvimento rural sustentável**.

As ações do IICA neste domínio foram realizados em estreita articulação com os estudos e medidas executadas conforme diretivas como as seguintes:

- i) adoção, pelas Nações Unidas, de nova concepção sobre o desenvolvimento humano, centrado no desenvolvimento econômico e na política social; e

- ii) elaboração do Relatório da Comissão Brundtland, que incorporou a dimensão do tempo, no contexto do aproveitamento dos recursos no presente sem comprometer o futuro.

Discorreu, ao final, sobre as experiências do IICA em curso no Brasil. O projeto em execução acompanha as linhas gerais do Instituto na área do desenvolvimento rural. A realização deste "Seminário sobre Estratégias de Combate à Pobreza Rural: Desenvolvimento Municipal e Local", além de sua importância intrínseca, complementava o seminário anterior, realizado nos dias 29 a 31 de julho de 1996, em parceria com a UnB e o FIDA. É importante por conta também do fato de que se baseia em experiências locais.

II. APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Estiveram presentes ao Seminário representantes de Secretários de Estado (do Planejamento e/ou Agricultura), dirigentes de instituições estaduais de planejamento, como o Instituto de Planejamento de Pernambuco-CONDEPE, Coordenadores e Assessores das Unidades Técnicas-UTs do PAPP, especialistas do IICA e convidados especiais (dirigentes e consultores), que trabalham nos planos estaduais e programas sub-regionais, que estão sendo elaborados ou executados em estados do Nordeste, com a cooperação técnica do IICA. No total, estiveram presentes no Seminário 39 profissionais, assim especificados: i) **Equipes do PAPP, nos estados:** Adolfo Martins (PI), Antônio Castro (MA), Evandro Borges (RN), Sebastião Francisco de Menezes (RN), Francisco Gomes (MA), Francisco Leite (PE), José Silvério Torres (MG), Lúcia Gurgel (PE), Maria das Graças (PB), Maria do Amparo (MA), Rúbio de Andrade (MG), Sônia Germano (PB), Sulamita Rodrigues (MA) e Walmar Jucá (PE); ii) **IICA:** Alejo Lerzundi, Carlos Jara, Carlos Luiz de Miranda, Fidel Braceras, German Escobar, Gilberto Paez, Luís Valdés, Mercedes Basco, Milton Pacífico, Roberto González, Rodolfo Teruel, Sérgio Sepúlveda, Sérgio Moreira, Carlos Varela, Ulpiano Ordoñez e Homero Vegas; e iii) **Convidados:** Amenair Moreira, Espedito Rufino, Ivanilson Guimarães, José Otamar de Carvalho, José Ailton de Lima, José Dubini, Marciano Brum, Mauro Márcio Oliveira e Tânia Bacelar.

III. METODOLOGIA DO SEMINÁRIO

Depois da abertura do Seminário, a cargo do Dr. Gilberto Páez, e da apresentação dos participantes, Carlos Miranda, funcionário da Área de Operação do IICA, comentou os propósitos do "Seminário sobre Estratégias de Combate à Pobreza Rural: Desenvolvimento Municipal e Local". Destacou, em primeiro lugar, os objetivos do evento, orientados para: i) a discussão dos fatores que condicionaram ou condicionam a sustentabilidade/insustentabilidade

das ações do PAPP, particularmente seus instrumentos institucionais (Conselhos Municipais) e financeiros (PAC e FUMAC); ii) a formulação de propostas de estratégias/diretrizes/ações para tornar sustentável os resultados das ações dos novos projetos de combate à pobreza rural no Nordeste, em negociação pelos Governos Estaduais com o Banco Mundial-BIRD.

Salientou, em seguida, que os programas de combate à pobreza no Nordeste estão sendo reforçados com recursos financeiros e técnicos, oriundos dos contratos que estão sendo assinados com o BIRD. É provável que todos os estados da Região venham a assinar novos contratos com o BIRD, para apoiar as comunidades, por intermédio de associações locais.

Nos últimos anos, houve várias iniciativas para solucionar esses problemas no Nordeste. A base para os programas então concebidos e executados calcou-se na experiência da Região e nos estudos do PAPP. O **PAPP Reformulado** já realiza ações para o município e as comunidades locais, usando instrumentos como o PAC, o FUMAC e o FUMAC-P.

A adesão de todos os estados do Nordeste ao PAPP Reformulado uma expectativa de mobilização de recursos financeiros da ordem de US\$ 500 milhões, a serem injetados na Região com recursos externos.

Mencionou, em seguida, que havia solicitado a Tânia Bacelar uma palestra sobre a sustentabilidade dessas iniciativas, considerando os contextos externo e interno, no quadro da globalização. Mais precisamente, ele gostaria que, nesse novo quadro, fossem enfatizadas questões do tipo: o que é competitividade, bem como o lado institucional das organizações locais.

Depois da palestra de Tânia Bacelar, o programa do Seminário previa a apresentação das experiências de cada Estado. O pessoal do IICA, nos Estados, foi instado a fazer uma síntese dos sucessos e insucessos das experiências do PAPP estadual; e a identificar formas de melhorar o desempenho do programa. Depois de cada apresentação, a cada dois Estados, seriam realizados debates, com a participação de todos os presentes.

No segundo dia de trabalho, os participantes seriam organizados em três grupos de trabalho: dois dos grupos seriam integrados por profissionais ligados ao PAPP e o terceiro por pessoas de fora, como os consultores do IICA. O IICA esperava, desse modo, obter uma contribuição efetiva de todos para melhorar a execução do PAPP.

IV. PALESTRA DE TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO

Teve como tema “Os Fatores Condicionantes do Desenvolvimento Municipal e Local , como Instrumentos de Combate à Pobreza Rural”. Começou fazendo uma apresentação sintética dos assuntos objeto de sua exposição. Disse que iria tentar seguir as sugestões de Carlos Miranda, aproveitando a experiência que vem desenvolvendo, no estudo dos problemas locais, a partir da lógica da globalização. Trataria também dos condicionantes internos, conforme o roteiro sumarizado a seguir:

- **CONDICIONANTES EXTERNOS-NÍVEL MUNDIAL**
 - Globalização mercantil e financeira.
- **CONDICIONANTES EXTERNOS-NÍVEL NACIONAL**
 - Crise financeira do setor público.
 - Descentralização financeira na Constituição Federal de 1988.
 - Redemocratização do País.
 - Opção pela “Integração Competitiva” e a Lógica dos “Focos de Competitividade”.
 - Crise das organizações tradicionais e emergência de novas formas e movimentos.
 - Crise dos complexos tradicionais, com pauperização e favelização a nível local.
- **CONDICIONANTES INTERNOS**

1. CONDICIONANTES EXTERNOS-NÍVEL MUNDIAL

1.1 Globalização Mercantil e Financeira

A globalização, segundo François Chesnay, no livro “A Mundialização do Capital”, diz que não é um processo novo. Faz parte do velho movimento de internacionalização do capital. No estágio específico do movimento de internacionalização do capital, há, presentemente, segundo Chesnay, duas condições a serem preenchidas:

i) atores globais, que têm dimensão de atuar e se projetar na escala do mapa mundi;

ii) esses atores dispõem de condições para operar em escala mundial, como se as empresas que comandam pudessem ser operadas articuladamente.

Daí resultam algumas tendências, como as especificadas a seguir:

i) a maior interação entre os diversos espaços econômicos no mundo, assim como o isolamento de outros. O continente africano está ficando isolado do movimento. A América Latina e o Brasil não estão isolados, mas, integrados a esses movimentos, dentro dos países;

ii) a difusão ampliada de padrões de consumo e de competitividade (**homogeneização**) à escala global;

iii) a construção de “empresas-rede” e o espaço da articulação inter-empresarial. Os atores não são apenas grandes massas de capital, mas grandes massas associadas a blocos menores de capital. Este ponto é importante para discutir a questão local. As franquias constituem a expressão desse movimento;

iv) mudanças rápidas das áreas de produção com crises, nos locais não-competitivos;

v) o comando tende à centralização mas a **operação é descentralizada**. O local é usado em benefício dos atores globais;

vi) busca de fatores de competitividade em vários locais. A globalização se nutre do local, se alimenta do específico. O agente global procura em cada local novo o que é diferente. Vai para aquele local pelo que ele tem de específico. Busca a vantagem competitiva de um determinado local, diferente dos existentes em outros lugares. A homogeneização se nutre da diferença do local, do que é particular no local; e

vii) pressão por reforma do Estado nacional: redução da ação a nível nacional e ênfase a políticas subnacionais. Os atores globais precisam de outros Estados nacionais, que redefinam as regras do jogo, que atendam e facilitem os movimentos de globalização; reformas tributárias que tendam ao IRVA. A este respeito, trata-se é de homogeneizar as regras que facilitem a lógica dos atores globais.

Examinadas essas tendências, Tânia disse que elas permitiam a seguinte provocação: a globalização não é incompatível com o local. Do ponto de vista dessas atividades, interessa saber como elas podem dar certo. E darão certo, ou terão lugar nas brechas do mercado global; é aí que sobra algo para o local, dando-lhes, inclusive, sustentabilidade. As atividades realizáveis nas brechas, ou seja, na margem, não desmontam o local. Além disso, reforçam as atividades que interessam ao global. Há, pois, que personalizar o local, segundo as particularidades locais e globais. Importante é saber que o processo de globalização não toma conta de todas as brechas locais.

2. CONDICIONANTES EXTERNOS-NÍVEL NACIONAL

2.1 Crise Financeira do Setor Público

Essa crise leva à descentralização. Nossa história é centralizadora. A crise financeira é mais intensa na União, chega aos Estados e é menor nos municípios. Tende a repassar atribuições, favorecendo a descentralização, mas de forma descoordenada. Tem também uma tendência à fragmentação.

Em síntese, a crise é mais intensa na União e nos governos estaduais, em particular no período pós-real. Vive-se hoje uma tendência ao repasse de atribuições do federal para os estados. Mas essa descentralização é descoordenada, tendente à fragmentação.

2.2 Descentralização Financeira da Constituição Federal de 1988

A demanda que surgiu na CF/88 foi de um movimento descentralizador, por conta do passado. A Constituição de 1988 é mais favorável aos municípios (médios) e aos Estados. Note-se que as prefeituras de porte médio têm prefeitos bem avaliados pela mídia. Esses prefeitos têm meios, recursos financeiros, por exemplo, para poder realizar, ou seja, construir obras. Quando a descentralização se deu em Pernambuco, os municípios receberam 5% adicionais de ICMS.

A arrecadação é feita assim: i) a União arrecada 29%; ii) menos de 10% é dos estados; e iii) menos de 2% dos municípios. Mas a distribuição dos recursos tem outra composição: i) a União gera 17% da receita disponível; os estados respondem por 8,4%; e os municípios por 5,2%. O que há para destacar aqui é que, apesar da descentralização, a União ainda gera 17% da receita. Esses números são sumariados na tabela que se segue.

BRASIL: COMPOSIÇÃO DA RECEITA PÚBLICA, POR ESFERA DE GOVERNO, EM 1995

(Em % do PIB)

ESFERA DE GOVERNO	ARRECADAÇÃO INICIAL	REPARTIÇÃO	RECEITA DISPONÍVEL
FEDERAL	20,1	-3,04	17,0
ESTADUAL	8,8	-0,42	8,4
MUNICIPAL	1,7	3,46	5,2
TOTAL	30,6	-	30,6

2.3 Redemocratização do País

Os esforços a este respeito foram facilitados por movimentos como os seguintes:

- i) pressões contra a centralização autoritária;
- ii) crescimento da ação das ONGs, associações e de outros movimentos sociais;
- iii) debate sobre políticas públicas não-governamentais;
- iv) montagem de mecanismos de controle e participação democrática na gestão de políticas públicas.

Esses movimentos têm contribuído para reforçar a descentralização, do que é testemunho algumas experiências exitosas de administração municipal, ou seja, de viabilidade do que é local.

2.4 Opção pela "Integração Competitiva" e a Lógica dos "Focos de Competitividade"

Com a integração competitiva:

- i) a inserção no processo de globalização se faz sob o comando do mercado;
- ii) restringe-se a ação do estado nacional;
- iii) confere-se prioridade a "focos competitivos";

- iv) quebra-se a lógica da integração do mercado interno nacional, dominante nas últimas décadas;
- v) há sinais de reconcentração do dinamismo, no Sul/Sudeste; e
- vi) emergem regionalismos, tipo “paroquialismo mundializado”, nos focos dinâmicos.

Desse processo, resultam três tendências:

- **TENDÊNCIA 1:** atomização das ações (compatível com ações locais). O Nordeste não é mais uma região, trabalhada pela União. Esta só atua sobre o sub-regional (a fruticultura irrigada, por exemplo);
- **TENDÊNCIA 2:** perda de referências nacionais e macrorregionais. Cresce a presença das ações locais;
- **TENDÊNCIA 3:** trata-se do domínio da “guerra fiscal”, onde fica cada um por si, valendo tanto para os estados como para os municípios.²

2.5 Crise das Organizações Tradicionais e Emergência de Novas Formas e Movimentos

Na etapa (de globalização) que está sendo vivida no Brasil, as organizações tradicionais entram em crise e começam a surgir outras formas de organização. Surgem movimentos temáticos (como os dos sem terra, sem teto, desalojados de barragens); as associações de produtores; e as associações comunitárias, especialmente urbanas. Desses, há os que têm articulação do local com o nacional e outros nem tanto, passando suas reivindicações a assumir caráter parcial e local.

O movimento dos sem terra é um dos mais bem estruturados. Seu organograma é um exemplo de como é possível coordenar as políticas espaciais com as setoriais, inexistente na esfera federal.

² Nota de Otamar de Carvalho. Neste terreno, os incentivos perdem força. Se um estado concede uma determinada isenção, e o procedimento é repetido por outros estados, o incentivo perde força. Por volta de 1966, Nilson Holanda publicou um artigo mostrando que os estados criavam incentivos que tendiam à promoção de uma verdadeira guerra fiscal. Esse arquivo foi publicado pelo Boletim Econômico da SUDENE. (É preciso identificar o número.)

2.6 Crise dos Complexos Tradicionais, com Pauperização e Favelização a Nível Local

Vive-se hoje, no Nordeste, a crise dos complexos produtivos tradicionais, como os do cacau, da cana-de-açúcar e da pecuária-algodão-lavouras alimentares. A tendência observada a este respeito é a da reestruturação, como acontece com a proposta para a Zona da Mata da Paraíba e para a Zona da Mata de Pernambuco. São propostas para áreas em crise, que levam sempre para o sub-regional. As propostas sub-regionais, como as que estão sendo elaboradas com a cooperação do IICA, podem encontrar espaço e fortalecer as ações locais.

3. CONDICIONANTES INTERNOS-NÍVEL LOCAL

A este respeito, Tânia destacou os seguintes pontos:

- i) Em relação aos fatores locais internos, enfrenta-se a pobreza rural no subdesenvolvimento. É um fenômeno complexo: é social, econômico e ambiental. É político também. A pobreza rural nessas sociedades é vislumbrada em todas essas dimensões;
- ii) O contingente numérico de pobres não é pequeno. É um atributo fundamental. O Nordeste tem menos de 30% da população brasileira, mas tem mais de 40% da PEA rural;
- iii) As elites políticas, locais principalmente, têm mecanismos de reprodução do poder que dependem das políticas públicas. O deputado acha que se reproduz daquele jeito. Se o vereador indica a casa de farinha, usa-a com fins políticos;
- iv) Os mecanismos tradicionais são esses: a tradição da submissão e da pouca experiência de participação. Essa mentalidade é compartilhada pela elite e pelos que participam da base. Isto porque os que fazem a base votam naqueles;
- v) Mentalidade da população pobre: é de submissão, pouca experiência de participação e, portanto, de fragilidade da cidadania. A premissa do PAPP é a da participação, na escolha estratégica, mas não bate com a realidade onde o programa opera. Há uma suposição de que os condutores têm maturidade para defender os interesses da comunidade. A pesquisa da FADURPE/FUNDAJ está plena de exemplos a este respeito.

- vi) As lideranças populares tendem a reproduzir os padrões das elites (a defesa de interesses particulares), melhorando com a elevação do nível de consciência dos associados;
- vii) Bases materiais, de partida, frágeis, tanto econômica como tecnológica. Não há infra-estrutura, o agricultor nunca usou um trator. Mas os programas, como o PAPP, registram melhoria, como mostra a avaliação da FADURPE/FUNDAJ, isto porque o patamar de onde partem os beneficiários é muito baixo. Sendo assim, a sensação de melhora tende a ser grande.
- viii) Dificuldade histórica de estruturação de agricultura mercantil de base familiar. Do ponto de vista econômico, é difícil estruturar esse tipo de produção. A tradição é esta. No Sul e Sudeste, a situação é outra. Logo, os programas que, como o PAPP, atuam nessa direção, trabalham com uma proposta que não tem tradição no Nordeste. No PAPP, quer-se produtores mercantis, que saibam gerenciar meios e pessoas e mercados. A proposta tem sentido, mas a prática é difícil;
- ix) Dificuldade de articular programas tipo PAPP, com outras políticas públicas. Essa articulação é difícil porque os programas costumam ter donos, e donos distintos;
- x) Alta possibilidade de registrar melhorias na qualidade de vida, na produtividade e nos padrões econômicos; e
- xi) Boa receptividade à descentralização e democratização da ação pública.

4. DEBATES

4.1 Lerzundi

Indagou como Tânia juntava a globalização com o conceito de sustentabilidade. Para ele, este conceito é muito amplo. Talvez seja uma das virtudes da abordagem, que é múltipla, que permite pensar-se em todas as variáveis. A dimensão político-institucional é importante, requerendo a ampliação do conceito.

4.2 Amenair

Pedi para que Tânia ampliasse a percepção da globalização, com a descentralização e a participação democrática, pois a descentralização estava sendo posta em contexto autoritário. Para ela, o que vinha das pressões do movimento de globalização tinha um forte caráter autoritário.

4.3 Sérgio Sepúlveda

Indagou sobre a nova institucionalidade requerida para a utilização das brechas, no sentido de compatibilizar os requerimentos dessas possibilidades com os níveis macro. O que vem do macro para o micro pede descentralização atomizada, descoordenada, na lógica dos atores globais. No Brasil, o movimento encontra uma sociedade que pede descentralização, indo ao encontro da lógica da globalização. O modelo centralizado é incompatível com as dimensões territoriais do Brasil.

O problema é que nós precisamos da descentralização, mas uma **descentralização COORDENADA**. Só que isso, do ponto de vista dos atores globais, não interessa. Para nós, o que interessa é descentralizar naquela linha. Nos estados, há uma coordenação feita pelas Unidades Técnicas do programa, mas ela é insuficiente.

O governo federal saiu da coordenação regional. Hoje, quem é que pensa o Brasil, quem coordena esses processos? Hoje, nós não temos nada. O modelo foi desmontado. Está tudo sendo feito pelas prefeituras.

Esta mesma lógica não é incompatível com o DESUS, nem com a democracia. O problema é que nossas elites não entendem a importância da diversidade brasileira, profundamente heterogênea. Vamos assumir a heterogeneidade como uma coisa positiva.

4.4 German Escobar

O que é que passa de baixo para cima, ou seja, pensando o local de uma perspectiva estadual ou nacional. Como é que se fará a concorrência; isto será feito diferenciando o produto? Como descentralizar esse processo, como compatibilizar as relações macro e micro?

4.5 Otamar

Reforçou a idéia da desconcentração coordenada, comparando-o com o processo de desenvolvimento baseado na desconcentração concentrada, tal como o concebia Rômulo Almeida.

4.6 Carlos Jara

As possibilidades da exclusão são maiores do que as de incorporação. Quais são as possibilidades das comunidades de Mirandiba e Moreilândia, em Pernambuco, no contexto da globalização? O produtor desses municípios quer ter níveis de vida compatíveis com o que ele vê na TV Globo.

4.7 Vereda

Destacou que o capital teve sua natureza modificada, no processo de globalização discutido. Quando vem uma nova empresa, ela faz investimentos físicos, mas o que importa é o capital em conhecimento.

4.8 Roberto González

Disse haver apreciado muito a exposição. Mas, por uma questão de dever de ofício, ele pensava muito na parte operativa. Pensava, assim, no seguinte: a curtíssimo prazo, os que estão aqui têm que mudar, mas como fazê-lo na linha da descentralização coordenada. O que é preciso fazer para mudar, já a partir da próxima segunda-feira?

4.9 Carlos Miranda

Disse estar preocupado com a utilização eficaz dos recursos aplicados em programas orientados para a superação da pobreza. Nós já colocamos "no ralo" do Nordeste US\$ 1,0 bilhão com o POLONORDESTE. O que fazemos com o novo PAPP, com os US\$ 500 milhões, que se estima poder mobilizar, futuro próximo, para evitar esse desperdício? Como avançar no Nordeste com os novos conceitos? Pediu, porém, para que Tânia respondesse a essas indagações ao final dos debates.

4.10 Sérgio Moreira

Fez várias considerações sobre o funcionamento do PAPP no Maranhão. Mostrou que o programa vinha tendo um bom desempenho. Ao final, indagou: qual o reflexo da globalização nos países ricos?

4.11 Otamar

Estamos querendo resolver os problemas com muita rapidez. Os problemas tratados durante a exposição de Tânia, mormente os referidos ao Nordeste, vêm de longa data. São problemas crônicos. Não podem ser solucionados de uma vez, embora vários programas tenham sido concebidos e postos em prática com essa preocupação. Conviria, assim, levar em conta o que acontece em outros países, onde a solução de problemas sérios, como a recuperação de terras, leva de 15 a 20 anos para serem resolvidos. Os programas concebidos a esse respeito não são avaliados assim que começa sua implementação. Lembrou, na linha do que fora colocado por José Ailton, no Seminário sobre Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas, realizado no dia anterior, que em Pernambuco já se está executando o Plano Pernambuco 2010, na medida mesmo em que se está a detalhá-lo. Disse, com essas considerações, que se está querendo resolver e avaliar tudo com muita rapidez.

No quadro de uma crise mundial, para a qual a globalização parece ser o remédio, o novo paradigma (a globalização) pode ser comparado com o paradigma (ou o modelo) do Estado do Bem-Estar, vigente nos "trinta anos gloriosos", do pós II Guerra, e com o Estado Socialista que, quase concomitantemente, foi posto em prática. Haveria, assim, de pensar os problemas discutidos como subordinados ao marco do desenvolvimento, sustentado do ponto de vista econômico ou sustentável, na perspectiva ambiental.

5- RESPOSTAS DE TÂNIA

A globalização é o novo paradigma, mas qual a sua consistência?

A virtude do capitalismo é que ele se confronta com pessoas, com gente. Temos que considerar que a agenda dos agentes locais tem exigências, algumas podem ser operacionalizadas e outras não. O Nordeste tem possibilidades turísticas. O grande capital quer aproveitar isso com grandes complexos hoteleiros. Que o façam. Os que cuidam do local que se preocupem com o turismo centrado no artesanato, localmente possível, no turismo ecológico, por exemplo.

O que importa é aproveitar as brechas. A China não compete com a qualidade do têxtil brasileiro, compete com preço. E tem preço porque tem governo. O Brasil não tem. Em nossa agenda não está o item de preservar a indústria têxtil, mas na China está. O desmonte das possibilidades criadas na

perspectiva de aproveitamento das “brechas”, em Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco, por exemplo, pelo têxtil da China, não é determinado pela globalização, mas por falta de política.

Investir em gente hoje é muito mais importante do que antigamente. O PAPP investe em infra-estrutura, mas faz muito pouco para capacitar as pessoas. O PAPP dispõe de instrumentos insuficientes, mas os que existem podem ser mobilizados, para ajudar um pouco mais efetivamente. Se houver uma outra ação paralela, as coisas podem melhorar.

O que fazer segunda-feira, como indagou Roberto González? Primeiro, trabalhar com **desconcentração coordenada**, reforçando as Unidades Técnicas do PAPP. E, segundo, articular os foros de decisão do PAPP. Isso depende de quem? Quem faz e quem não faz?

A articulação do PAPP no interior das esferas estaduais, com outros programas, constitui um ponto realmente muito importante. Uma Secretaria não fala com outra. Os documentos estratégicos dos estados constituem um referencial de longo prazo para o PAPP. Há um espaço de iniciativa que é o das próprias equipes. Se estivermos convencidos desse modelo, teremos que trabalhar para isso.

Os desalojados urbanos e os desalojados de barragens têm sistemas de **desconcentração coordenada**. Os participantes do Pólo Sindical de Itaparica já lhe solicitaram uma palestra sobre o tema: “A Globalização e o São Francisco”. O movimento sindical brasileiro está se fazendo perguntas a esse respeito.

Estar no Brasil hoje é melhor do que estar na África. O problema da política atual é que ela é inadequada aos focos de competitividade e de não-competitividade, mesmo que se saiba o que fazer em relação a esses últimos. Há ações que não podem ser feitas apenas com as possibilidades locais. É preciso misturar as possibilidades.

6. SEGUNDA RODADA DE PERGUNTAS NO DEBATE

6.1 Francisco

Pedi um texto sobre a palestra, para discutir com as comunidades.

Tânia respondeu que se o IICA lhe desse tempo, ela produziria o texto.

6.2 José Ailton de Lima

Falou que em Pernambuco, com a elaboração dos planos sub-regionais, está-se tratando da descentralização coordenada. Ontem, no Seminário sobre Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas, o pessoal do IBAMA havia falado que o IPEA não tinha um projeto para o Brasil. Isto também foi percebido nas discussões de outros ministérios, como o da Agricultura.

6.3 Rigoberto (Venezuela)

O Projeto no qual ele atua é municipal, sendo trabalhado por ONGs. Não tem componentes de investimentos. É um programa apenas de capacitação. Não inclui crédito e nem assistência técnica. De investimentos só os gastos do pessoal que trabalha no campo.

A idéia é transformar a estrutura produtiva dos camponeses, com essa capacitação. Os camponeses são orientados a se prepararem para trabalhar com as potencialidades específicas de que dispõem.

No Brasil, ainda se trabalha, parece, muito na linha do planejamento de cima para baixo.

6.4 Roberto González

Queria saber qual o caminho mais adequado para promover a coordenação entre estados, se Tânia havia sugerido uma coordenação intra-estado. No caso da fruticultura, há áreas trabalhadas em vários estados, mas como pensar a integração dos mercados, se eles houverem. Caprinos, idem. Mas por que não transformar isso segundo o conceito de empresas-rede. Nós poderíamos utilizá-los.

7. RESPOSTAS DE TÂNIA AO SEGUNDO BLOCO DE PERGUNTAS

Ao nível dos técnicos, a experiência brasileira de planejamento existe, e é construída. Mas se trata de uma experiência que não se adapta às demandas atuais. Os quadros de hoje não têm habilidade de articulação. Hoje, é preciso é "perder" tempo discutindo um projeto. Formar articuladores, na atual conjuntura, é fundamental. As idéias de articulação de agora são bem diferentes das de ontem. A idéia das empresas-rede já foi discutida? No PAPP, é preciso pensar nisso. Quais são os novos mecanismos e o tipo de formação do pessoal. É preciso recapacitar o pessoal.

Há também que se fazer um grande esforço para capacitar o pessoal dos Conselhos Municipais. É uma nova realidade, que precisa ser trabalhada.

É preciso gastar dinheiro e tempo fazendo essas coisas, trabalhando com as pessoas das organizações locais. Há também um campo para trabalhar com as empresas-rede.

V. EXPOSIÇÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DOS ESTADOS

1. EXPOSIÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL/LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO PAPP-MARANHÃO, A CARGO DE SÉRGIO MOREIRA

1.1 Conceitos

Partiu dos conceitos do DESUS e do desenvolvimento municipal. Mencionou algumas mudanças na execução dos programas governamentais, destacando as referidas aos seguintes aspectos:

- i) Descentralização do setor público;
- ii) Desenvolvimento com a participação das ONGs; e
- iii) Desenvolvimento de pequenas empresas.

1.2 Modelos Sugeridos

- i) Modelo convencional;
- ii) Modelo privado; e
- iii) Modelo misto.

1.3 Antecedentes do PAPP Reformulado

1.4 PAP Reformulado

1.4.1 Diretrizes Básicas

- i) execução descentralizada e privada;
- ii) capacitação das comunidades;
- iii) municipalização com FUMAC: capacitação dos conselhos;

iv) recursos financeiros para assistência técnica. Ênfase na monitoria e no acompanhamento.

1.4.2 Contexto

i) Uts ineficazes (técnicos com salários de US\$ 200 a 300.00/mês);

ii) elites políticas atrasadas;

iii) falta de experiência com descentralização tão radical; e

iv) pobreza crônica/subalternidade.

1.5 Performance do PAPP-Maranhão

1.5.1 Características da Performance

i) maior experiência: instrumentos eficazes

ii) mais ênfase na capacitação das comunidades e dos conselhos;

iii) mais ênfase na assistência técnica aos projetos;

iv) FUMAC-P;

v) preocupação com a coordenação a nível local; e

vi) planejamento municipal do desenvolvimento sustentável-PMDS.

1.5.2 Novo Projeto

i) capacitação/divulgação;

ii) monitoria e supervisão;

iii) fortalecimento institucional dos municípios;

- governos locais;
- ONGs, Associações etc.;
- legislativo.

- iv) coordenação com outros programas nos níveis estadual e local, realizada "em processo". Riqueza das experiências setoriais; e
- v) criação da capacitação local de planejamento e administração do desenvolvimento municipal sustentável.

2. EXPOSIÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL/LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO PAPP-PIAUI, A CARGO DE LUÍS VALDÉS E ALEJO LERZUNDI

2.1 Luís Valdés

Destacou a elaboração e a execução do plano emergencial do PAPP, na linha das recomendações feitas pelo BIRD. Em sua visão, o que eles pensam como situação atual corresponde ao que foi feito até março de 1995.

Considerou importante destacar alguns aspectos da economia do Piauí, dadas suas particularidades no quadro do Nordeste. É o terceiro estado do Nordeste em território. Tem 118 municípios, que foram elevados para 248, em passado recente. Exceto o município de Teresina, os demais são atendidos pelo PAPP. É um estado onde apenas dois municípios não têm índice de indigência: Teresina e Guadalupe. 49% da população é analfabeta, índice que sobe para quase 60%, quando se trata da população rural.

Mais de 77% da população rural recebe um salário mínimo. Os indicadores sociais reforçam a importância de realizar investimentos em projetos de infraestrutura social. Grande parte dos municípios é vulnerável às secas.

O Estado tem bom potencial de recursos naturais, mas seu aproveitamento requer manejo adequado, se quiser pensar em formas sustentáveis de desenvolvimento.

O PAPP-Piauí financiou mais de 1.500 projetos. É de US\$ 150,00, o valor dos investimentos por família, em relação a esses projetos. Trata-se, como se vê, de um valor muito reduzido.

O PAPP tem subprojetos diversos, na linha do PAC e do FUMAC. Também há componentes de desenvolvimento institucional. Os estudos de acompanhamento indicam que 50% dos projetos estavam inadimplentes. Tem havido uma grande influência política na escolha dos projetos.

Foram implantados 15 conselhos municipais no estado. A UT teve condições inadequadas para acompanhar os projetos. Pelo menos quatro municípios, onde foram implantados o FUMAC, funcionaram bem. Destacou a respeito o de Picos e o de Francisco Santos.

Os aspectos institucionais tiveram problema, a partir da UT, com a falta de recursos para assistência técnica (EMATER, SENAR etc.). Assim, a assistência ficou restrita ao que pôde ser feito pela UT, que conta com 40 técnicos. Os técnicos da EMATER, que participaram dos Conselhos Municipais, tiveram um papel relevante. Foram organizadas e mobilizadas 714 associações comunitárias.

A prática do lobby é adotada pelas empreiteiras, constituindo um problema adicional, do ponto de vista político.

O acompanhamento dos projetos no campo foi insuficiente, por conta dessas dificuldades. As atividades de monitoria e acompanhamento, na linha recomendada pelo BIRD, foram bem escassas. Reforçou as evidências apontadas com a referência a alguns projetos bem sucedidos.

Os recursos aplicados pelo Estado têm sido recuperados, com o retorno oferecido pelos impostos recolhidos. Isso acontece na área de produção de arroz.

2.2. Alejo Lerzundi

Falou sobre indicadores, dimensões estratégicas de sustentabilidade e propostas para o futuro. O Banco Mundial estabeleceu novas formas de intervenção, para ajudar o estado a lutar contra pobreza rural. O PAPP é uma versão melhorada do antigo componente de APCR. Trabalha o programa nas linhas previstas no PAC, no FUMAC e no FUMAC-P. O que se questiona é mais em termos de gerenciamento. É isso o que tem de diferente no novo programa, fixando-se o financiamento no FUMAC-P.

Lerzundi disse que o PAPP era um programa de desenvolvimento, mas também era compensatório. Uma das insustentabilidades do programa é não apoiar projetos produtivos, agrícolas, principalmente.

Destacou que os gastos com capacitação asseguram sustentabilidade.

O PAPP Reformulado tem vários elementos que podem contribuir para garantir sustentabilidade, dentre os quais destaca-se a efetiva participação das associações beneficiárias.

2.3 Debates

a) Mercedes Basco

Quis saber quais os critérios utilizados pelo estado para a mobilização de recursos financeiros, bem como o montante de recursos, por parte dos conselhos municipais, e como se fazia o manejo de recursos municipais?

Luís Valdés respondeu que os projetos são recebidos, sobre eles são estabelecidas as prioridades, pela UT, e depois são aprovados e postos em execução. No novo projeto, prevê-se uma avaliação anual, a partir da qual se estuda a situação do município, decidindo-se sobre as inversões.

b) Fidel Braceras

Fez indagações sobre a sistemática de prestação de contas dos recursos aplicados; e sobre as alianças políticas estratégicas para neutralizar as lideranças políticas conservadoras. Tem dúvidas sobre o funcionamento dos comitês de acompanhamento. Uma idéia para o futuro: a cooperação técnica para os projetos-padrão, como vai funcionar? (Os projetos-padrão constituem referência ao novo programa.)

Sérgio Moreira explicou que no Maranhão não tem havido exigências das auditorias sobre a obediência aos procedimentos licitatórios. Mas a execução dos projetos é descentralizada. O dinheiro é passado para a comunidade, que executa os projetos. Destacou, entretanto, que, dadas as distâncias, muitas vezes as pesquisas de preço não são feitas com a presteza necessária. A monitoria e supervisão está sendo cogitada. As alianças estratégicas com as elites políticas atrasadas dependem muito da realidade de cada estado. A principal aliança do Programa no Maranhão é com a Governadora do Estado, que tem interesse que o PAPP apresente um bom desempenho.

c) Sérgio Sepúlveda

Indagou sobre como é possível minimizar o problema da heterogeneidade metodológica e conceitual, quando estamos se está cobrando serviços privados, de pessoas que não têm uma visão holística? A segunda pergunta tem a ver com as três apresentações, relativas ao conceito do desenvolvimento

sustentável. Como vamos conseguir a sinergia de projetos que têm a ver com os diferentes campos de atuação de um projeto?

Sérgio Moreira, a quem foi feita a pergunta relacionada à visão holística, disse que o planejamento das atividades do PAPP está sendo feito com essa perspectiva.

Lerzundi falou sobre a visão holística, compartilhando perfeitamente com a opinião de Sérgio.

d) Otamar

Fez observações sobre os proveitos que os políticos têm tirado do programa; sobre a fragilidade da agricultura nos diferentes estados do Nordeste; e como essa fragilidade tem sido potenciada com a dedicação que os agricultores vêm dando a atividades não-agrícolas, como a confecção de bordados e o ofício de costura, para poderem sobreviver no meio rural, embora dedicando-se a atividades não-rurais.

e) Maria da Graça

Informou que na Paraíba, está-se vivendo um estágio de mudança de um Programa que vem sendo modificado, mas tudo indica que o Programa continuará como antes. Na Paraíba, os projetos são discutidos para apresentarem retorno dos investimentos, para que as comunidades possam contar com atividades sustentáveis. Já se conta com 25 conselhos municipais, que avançaram no processo de capacitação dos seus membros, incluindo a cooperação técnica da GTZ. Mas quais dos instrumentos disponíveis estão sendo efetivamente utilizados. Entristece-lhe ver a possibilidade de que o PAPP Reformulado venha a reproduzir a prática do programa nas versões anteriores.

f) Rigoberto

Quis saber os critérios para alocar os recursos às comunidades, como os beneficiários são capacitados e quais são os processos metodológicos utilizados.

g) Marciano Brum (do Paraguai)

A capacitação é considerada um problema, há recursos para realizá-la, mas não se faz muito a respeito. Sugeriu a necessidade de realizar um esforço mais intenso a este respeito.

Carlos Miranda respondeu que o problema é que os recursos de financiamento exigem contrapartida de 50% do estado. Entre capacitar o técnico e construir uma obra, os políticos optam pela obra.

h) Sônia Germano

Começou por informar que a ingerência política constitui um requisito do qual não se pode fugir; ela tem que ocorrer mesmo. O problema não está nessa ingerência, mas na lógica de quem se elege e dos próprios empresários, que querem participar dos contratos. O que é preciso é mudar a cabeça dos técnicos, começando pela nossa, por exemplo. Isto sim.

i) Lerzundi

Disse que concordava com Sônia, mas havia que relativizar a decisão política. No Piauí, em um dia um município havia recebido 19 projetos, enquanto outros não receberam nada. Quem somos "nós"? Os técnicos do IICA ou os técnicos do Estado? Quem somos nós para impedir isso ou aquilo?

j) Luís Valdés

Respondeu a Rigoberto sobre as questões de capacitação. As iniciativas conduzidas com a Diocese de Oeiras e de Floriano foram bem conduzidas. A EMATER continua sendo a mesma empresa que foi no passado. Desde o ponto de vista dos quadros técnicos, continua a mesma, embora não seja assim do ponto de vista político.

k) Sérgio Moreira

Manifestou-se contra a tendência explicitada por vários dos participantes de que o novo PAPP poderá vir a reproduzir os antigos.

3. EXPOSIÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL/LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO PAPP-CEARÁ, A CARGO DE RODOLFO TERUEL E FÉLIX HATTA

3.1 Rodolfo Teruel

Começou informando que das avaliações feitas até hoje, as conclusões são as mesmas. O que muda é a intensidade. Há lições? Há, desde que adotemos a postura de saber pensar e fazer. O seminário é enriquecedor, neste sentido. Mas seria fundamental saber o que muda no novo Programa e o que se incorpora de

novidade, para eliminar o processo de prefeiturização. Sem isso, o novo programa poderá voltar a ser contaminado por tais influências. Mas as mudanças do PAPP Reformulado precisavam ser de fato realizadas, porque além de resolver demandas imediatas, elas propiciam ganhos em relação à municipalização, à descentralização.

Os estudos do ÁRIDAS ajudaram na formulação do **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará**, com uma visão estratégica abrangente de longo prazo, com ênfase na gestão participativa. O FUMAC e os conselhos independentes contribuíram para o que o Estado tem hoje, na linha dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável-CMDS.

Os CMDS estão sendo trabalhados com outros programas, como os de gestão de recursos hídricos, hoje acumulados e gerenciados em função das necessidades locais. Ressalvou, entretanto, que o PAPP e outros programas estão consolidando um esforço que tem muito da cultura de subalternidade

3.3 Félix Hatta

Iniciou sua exposição dizendo que o PAPP, ou seja, o **Projeto São José**, é diferente dos outros programas similares. É um programa com ações inter-relacionadas. Todas as Secretarias têm que atuar articuladamente, e todo o planejamento é participativo.

Apesar dos ganhos, ainda há um hiato entre as sub-regiões e os municípios. Foram, por isso, criados os CMDS, que integram setores significativos, entidades maiores, câmara municipal, regiões comunitárias, conselhos setoriais e prefeituras municipais. Cada CMDS tem como função discutir todos os problemas locais. Além dos problemas, discutem estratégias de desenvolvimento municipal.

O Estado do Ceará pretende minimizar os problemas e maximizar os benefícios. Não há recursos para garantir e realizar a capacitação e a assistência técnica. Daí haver sido criado um **fundo de capacitação**, que conta com R\$ 40 milhões, dos quais R\$ 30 milhões se destinam à capacitação. As associações só recebem recursos se realizarem efetivamente ações de capacitação com as pessoas e agentes.

4. EXPOSIÇÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL/LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO PAPP-PERNAMBUCO, A CARGO DE C A R L O S JARA

Começou se perguntando o que era a sustentabilidade de um projeto. Para ele, não bastava dizer que a comunidade melhorou, porque agora tem um sistema de abastecimento de água. Participação ampliada, progresso técnico etc. e não atendimento das necessidades básicas constituem elementos da sustentabilidade.

Que tipo de política representam o PAC e o FUMAC? As mudanças incorporadas ao novo PAPP significam o quê? Lêu o que a respeito consta de documentos do BIRD, que mostram as poucas condições de sustentabilidade. O que é uma rede de proteção social, tal como consta dos documentos que estruturam esses programas estaduais?

Superar a pobreza de um Estado como Pernambuco, de onde ele tira suas experiências, depende muito mais do que de um programa como o PAPP. O novo PAPP tem possibilitado iniciar em Pernambuco, uma mudança, neste governo (de Miguel Arrais), uma mudança dirigida à aplicação dos recursos etc. O PAPP tem iniciado algumas outras mudanças, mas ali continua o desafio de mudar a cultura política. O FUMAC é um esquema de municipalização, ainda não descentralizada. Este vai ser o desafio do FUMAC-P. Este instrumento ainda está contaminado pelo assistencialismo.

No caso do PAC, o peso desproporcional dos interesses corporativos contribui para mudar melhor os quadros locais. Apesar das mudanças, é necessário criar dispositivos outros, que garantam as mudanças necessárias.

Qual foi a leitura ruim dos projetos do PAPP prefeiturizável? Houve arbitrariedade e projetismo (casas de farinha e passagens molhadas, por exemplo). As comunidades pedem as mesmas coisas, de outra maneira.

O que é que deu certo? Um maior contato entre as organizações, uma maior participação social. É preciso, em quase todos os casos, pensar que nenhum dos FUMACs funciona sem o apoio dos prefeitos. Acha que a mudança de metodologia pode alterar o quadro, mesmo com os tipos de projetos atualmente executados, como os das casas de farinha.

5. DEBATES

5.1 German Escobar

Há grandes avanços nos trabalhos relativos à metodologia dos temas aqui discutidos. Na prática, os que fazem o PAPP aprenderam que o assunto é político. E que é preciso negociar para lograr obter resultados.

Por isso, há que revisar o que é feito no campo. O mais impactante é que nós pensamos em todas as alternativas. Fizemos um trabalho de pensar as coisas, estabelecendo uma união com outros projetos. Há clareza conceitual, mas não de ações.

O direcionamento dos planos e das ações é fundamental. Para ele, conviria desenhar um sistema de avaliação analítica, com a equipe do PAPP. Na prática, é preciso fazer o que for politicamente factível: casas de farinha, sistemas de abastecimento de água etc.

Vale a pena avaliar os planejamentos a nível estadual, sub-regional etc., avaliando-os em termos de sustentabilidade. Em sua opinião, o documento elaborado para o IICA por Sérgio Buarque ³ contém indicações que podem contribuir para os esforços que podem ser realizados a este respeito.

5.2 Lertzundi

Destacou a necessidade de adotar critérios de sustentabilidade não constitui um problema técnico, mas político. No Piauí não se prestigia os trabalhos técnicos.

5.3 Sérgio Sepúlveda

Sonhar não paga imposto. Estamos sonhando a mudança da sociedade. Queremos transformar a sociedade rural, mas isso não vai ser fácil. De fato, é muito difícil pensar e implementar um processo de desenvolvimento sustentável. Precisamos aproveitar qualquer tempo que nos permita viabilizar as possibilidades de uso das "brechas".

³ BUARQUE, Sérgio (1995)-Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável, para elaboração de estratégias de desenvolvimento regional: espaços sócio-ambientais. Recife, IICA & MPO-Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995, p. 10.

Há um segundo ponto importante, que é o do acesso: acesso à saúde, à educação, ao crédito etc. Na medida em que possamos mudar os mecanismos de acesso, estaremos dando um passo à frente. Quais são os limites institucionais e estruturais, a essas conquistas? Projetos produtivos não resolvem, por exemplo, os problemas de posse da terra. Estamos tentando fazer um banquete com migalhas, mas é preciso saber trabalhar com as migalhas, trabalho que precisa ser feito de forma participativa. Com a democracia é que se pode mudar a realidade e fazer o desenvolvimento sustentável..

5.4 Expedito Rufino

Pela manhã, disse ele, assisti as pessoas falando da realidade. Agora, à tarde, fala-se de sonho. Isso lhe trazia a preocupação com a **coordenação descentralizada** ou **desconcentração coordenada**. Mas também lhe parece que apenas o IICA é quem faz o PAPP e discute essas questões.

Ocorre que os que se dedicam a esses temas perderam um instrumento importante: a CRDR-Comissão Regional de Desenvolvimento Rural, do PAPP da primeira fase, que juntava os produtores do Nordeste com os de outras regiões. Mas se nós quisermos concretizar o sonho, será necessário recriar, reavivar, instrumentos como a CRDR. Preocupa-lhe ouvir os técnicos falarem como se o programa fosse estatal. A descentralização é apenas um discurso. A metodologia usada é de difícil incorporação nos estados. Permitir a participação e mudança é o elemento central. O PAPP é hoje tão fechado, que os beneficiários e as comunidades não sabem que há recursos financeiros para assistência técnica. Este ano o FNE tem R\$ 100 milhões para isso, mas não há estruturas capacitadas para dar assistência técnica.

Carlos Miranda apresentou uma informação geral sobre o que era a CRDR.

5.5 Sônia Germano

O nosso dia-a-dia é de um praticismo desenfreado. Este fato se constitui em problema e em contradição. No dia-a-dia, tem-se as necessidades da população e as demandas por recursos, com inúmeros problemas. Mas falta tempo para se fazer reflexões sobre o que se está fazendo. Falta uma maior articulação, inclusive entre as diferentes UTs. Se tudo isso falta, se o IICA tem sido o espaço de articulação, nem esse mesmo se aproveita. Mas o problema principal é nosso: falta de visão e de consciência. Ao mencionar esses pontos, Sônia disse estar querendo buscar alternativas para melhor utilizar os recursos disponíveis. Se nós não nos articularmos perderemos força.

5.6 Carlos Miranda

Sugeri que amanhã de manhã nós trabalhássemos em grupo, reservando duas horas à tarde, para apresentar os trabalhos de grupo. A tarde de amanhã, dia 02.08.96, seria, assim, usada para discutir os resultados dos trabalhos de grupo.

5.7 Otamar

Reforçou as idéias, já levantadas sobre não se dispor mais de um foro para discutir essas questões. A SUDENE havia sido tirada do circuito e não se pusera nenhuma outra instância no lugar.

5.8 Félix Hatta

Fez considerações sobre a necessidade de não se confundir desenvolvimento sustentável com projeto sustentável.

5.9 Rodolfo Teruel

A proposta de Carlos Jara constitui um importante esforço. Se não se pensa no PAC e no FUMAC, como instrumento de alavancamento do desenvolvimento local, não se caminhará em direção adequada. Os projetos-padrão já foram trabalhados no Ceará. A questão tecnológica é um elemento que deve, a respeito, ser considerada. Sugeri que se discutisse, em alguns momentos, essa questão dos projetos-padrão. Isto porque os projetos apresentados contêm um mínimo de informação. Por isso era importante trabalhar-se com a concepção dos projetos-padrão, neles considerando a questão tecnológica.

5.10 Carlos Jara

Continuou falando daquilo que alguns participantes passaram a denominar de "sonho", a partir da exposição feita por ele. Neste sentido, continuou fazendo propostas de articulação com as ONGs, como as de criar um novo modelo de gestão. O acesso (aos serviços em geral, pelas comunidades locais) é também um esforço que integra o seu sonho. O governador de Pernambuco quer ouvir a proposta do desenvolvimento municipal sustentável, a partir de uma exposição que ele fez para os Secretários de Planejamento, da Agricultura, da Administração e para o Presidente do CONDEPE.

Não está contra os projetos-padrão, mas insistiu em que eles estão substituindo o processo pedagógico de planejamento, e isso não deve

acontecer. A elaboração de projetos-padrão tende a substituir o processo de planejamento.

5.11 Carlos Miranda

Disse que não há impedimentos por parte do BIRD para preparar novas metodologias e preparar planos municipais. É possível.

Dia 02.08.96

VI. ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

1. Carlos Miranda apresentou as orientações a serem seguidas pelos três Grupos de Trabalho, em que foram divididos os participantes. Disse que os trabalhos deviam seguir a lógica dos objetivos do Seminário.

2. Os relatórios de grupo deveriam ser estruturados **nos âmbitos do Estado, das UTs, dos Municípios, das Prefeituras, dos conselhos e das organizações da Sociedade**, com os respectivos instrumentos (PAC, FUMAC e FUMAC-P), conforme a seguinte tabela.

	ESTADO	U Ts	PREFEITURAS	CONS. MUNICIPAIS	ORG. DA SOCIEDADE
PAC					
FUMAC					
FUMAC-P					
OUTROS					

3. Em um segundo desdobramento, deveriam ser estruturados **nos âmbitos dos tipos de projetos (produtivos, sociais e de infra-estrutura)**, conforme os instrumentos (PAC, FUMAC e FUMAC-P), conforme a tabela apresentada a seguir.

	PROJETOS PRODUTIVOS	PROJETOS SOCIAIS	PROJ. DE INFRA-ESTRUTURA
PAC			
FUMAC			
FUMAC-P			
OUTROS			

VII. APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GRUPO

1. Apresentação das conclusões do trabalho do Grupo 1, que teve Sônia Germano como relatora (Vide anexo 2);
2. Idem, do Grupo 2, cuja relatora foi Maria das Graças, também da Paraíba (Vide anexo3);
3. Idem, do Grupo 3, com trabalhos relatados por Otamar de Carvalho (Vide anexo 4).

Os relatórios dos grupos de trabalho integram documentos independente, entregues a Carlos Miranda, após a apresentação de cada um deles.

VIII. OUTRAS SUGESTÕES

1. Sebastião Martins, do Rio Grande do Norte, sugeriu que o relatório do GT-3 fosse usado como modelo para os dois outros, por ter sido elaborado de forma mais abrangente, dando conta das demandas que precisam ser atendidas. Os relatórios dos dois outros grupos haviam, para ele, sido em certo sentido menos gerais. O do GT-1 não concordara que o PMD fosse elaborado pelos CMDS, mas pelas Prefeituras. O papel da UT é de coordenar as ações, mas não de decidir tudo.

2. Expedito disse que o relatório do GT-3 estava melhor por ter sido mais abrangente. Isto não significava que os outros não estivessem bons, ou que não tivessem boas sugestões.

Quanto à publicização do PAPP, o importante seria criar mecanismos que fizessem com que o Programa pudesse atender mais aos beneficiários, para deixar de ser mais um elemento de reprodução das elites conservadoras e ser mais um programa de desenvolvimento.

3. Fidel Braceras falou que via uma tendência à não-descentralização nas ações do PAPP. O CDS, no Ceará, é centralizador e as ações do PAPP são centralizadas. O que acontece é que a reprodução do poder no Ceará, embora aparentemente mais democrática, é centralizada, centralizada em Fortaleza, pois é ali que os coronéis urbanos encontram a sua sustentação política.

4. Sérgio Moreira falou que os três grupos fizeram sugestões muito parecidas.

5. José Ailton falou que temeu sobre a polarização que parecia estar tendendo a haver, quando na verdade os grupos realizaram um trabalho bastante complementar. Essa concordância se deu sobre o que fazer. **Ninguém discutiu o como fazer.** Os membros do GT-3 trabalharam conforme refletido no relatório temas que lhes eram mais conhecidos, porque eles não vivem o dia-a-dia do PAPP. O **como fazer** podia ser feito pelos membros dos dois outros programas. Na realidade, o que se produziu foi uma agenda de trabalho. Deveríamos discutir agora era o que fazer.

A respeito, salientava uma primeira questão concreta: como dar publicidade ao que foi feito aqui. E para quem se vai encaminhar os relatórios: para os governos, para o Banco?

Em segundo lugar, fez-se uma articulação razoável entre os que cuidam do PAPP. Pode-se discutir a constituição de um foro específico. Por isso, conviria tratar de resolver as quatro questões seguintes:

- a) a questão dos PMDs. Um dia de elaboração de planos;
- b) a informação e divulgação para dar sustentação à rede de informação;
- c) a questão da capacitação. Como vamos fazer isso? Essa atividade altera a capacitação do programa ? e
- d) os planos estratégicos das próprias UTs.

6. O IICA, segundo Carlos Miranda, poderia se encarregar de encaminhar a solução sobre quem pode fazer as sugestões de José Ailton.

7. Roberto González falou sobre o intercâmbio de experiências, entre os países do Conesul. Isso foi solicitado ao IICA pelo CONARSUL. A idéia era definir temas, a partir de um balanço oferta x demanda das instituições representadas no Conselho. Foi fixada uma quota de U\$ 4,500/ano. Com essa quota se pagavam passagens e diárias dos participantes. O convênio foi finalizado em janeiro de 1996. O IICA está pensando em retomar o tema do PROCODER, com o PROCODER II, usando metodologias dos países do Conesul.

Pensa-se que os eventos poderiam durar uma semana. Os eventos teriam três blocos temáticos: i) material bibliográfico disponível; ii) visita a experiências de campo; e iii) o tema deveria ser bem conhecido, para poder haver o que transmitir.

O sistema poderia ser concebido, de forma a que uma instituição pudesse enviar uns três técnicos para cada evento. Seriam eventos que tivessem que ver com os problemas mais concretos vividos pelos participantes. Os temas seriam selecionados pelas próprias instituições. No Brasil, poderia haver temas envolvendo a participação de três a quatro instituições. Também poderia haver visitas a experiências de outros países, como o México, onde há experiências semelhantes às conduzidas pelo PAPP. Seria também conveniente mobilizar organizações não-governamentais. No final de 1996, talvez se possa dispor de um plano de trabalho, tratando do assunto.

Para que isso aconteça será indispensável haver uma adesão e participação dos estados que executam o PAPP.

8. Carlos Miranda disse que a rede de intercâmbio exigirá uma proposta, um programa cooperativo nacional, que estará em breve sendo enviado aos órgãos interessados. Temos muito que aprender com as experiências da Colômbia, do Peru, mormente as de ONGs. Proximamente, estarão viajando técnicos de Pernambuco para o México.

9. Rigoberto salientou que os novos tempos da globalização são tempos de conhecimento. Eventos como este são muito importantes. O problema é que temos pouco dinheiro e pouco tempo. Precisamos ter uma visão panorâmica de intensa participação. O principal é criar no técnico a cultura da autoformação. Do seu lugar de trabalho, os técnicos podem acessar do seu lugar de trabalho, via internet, os lugares onde se encontram a informação. Este é um primeiro e importante passo. Essas novas tecnologias podem chegar aos agricultores e às suas cooperativas.

Algumas entidades vinculadas ao IICA estão fazendo um grande esforço a este respeito. Trata-se do sistema hemisférico de capacitação, que funciona no Uruguai. Foi criada a FIDA-AMÉRICA, uma rede de comunicação para os técnicos.

10. Roberto González fez o encerramento do seminário, agradecendo a todos a participação, o empenho e as contribuições, que deverão agora ser trabalhadas.

ANEXOS

ANEXO 1: Relação dos participantes por Grupo de trabalho

Seminário “ Estratégias de Combate a Pobreza Rural: Desenvolvimento Municipal e Local ”

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
1- Adolfo Martins	1- Evandro Borges	1-Amenair Moreira
2- Sebastião Martins	2- Francisco Gomes	2-Expedito Rufino
3- Francisco Leite	3- Walmar Jucá	3-Ivanilson Guimarães
4- Lúcia Gurgel	4- Maria da Graça	4- Otamar de Carvalho
5- Maria do Amparo	5- Sulamita Rodrigues	5- Tânia Bacelar
6- Sônia Germano	6- João Silvério	6- Sérgio Sepúlveda
7- Alejo Lerzundi	7- Luís Valdés	7- José Ailton
8- Fidel Braceras	8- Milton Pacífico	8- German Escobar
9- Rodolfo Teruel	9- Sérgio Moreira	9- Mercedes Basco
10- Marciano Brum	10- José Dubini	10- Carlos varela
11- Homero Vegas	11- Ulpiano Ordoñez	

Anexo 2: Sugestões do Grupo 1

MEDIDAS PARA O ÂMBITO ESTADUAL

1. Estado ter um Plano de Desenvolvimento Sustentável, onde o Programa seja um dos instrumentos de combate à pobreza rural.
2. Decisões do governo:
 - a) ter ação articulada
 - b) definir quem faz assistência técnica
 - c) aplicar recursos do PAPP nas áreas mais críticas de pobreza.
3. Incentivar as Prefeituras a elaborar Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentável, tendo como objetivo, num determinado prazo, condicionar a inclusão do município ao Programa, à existência deste Plano Municipal.

MEDIDAS PARA O ÂMBITO DA SEPLAN-UT

1. Avaliar se as propostas da comunidade são técnica e economicamente viáveis, junto com a comunidade.
2. Fortalecimento institucional da UT e maior capacitação dos técnicos.
3. UT se articular com outras instituições.
4. Elaborar programa de capacitação para beneficiários utilizando metodologia de capacitação massiva, e de assistência técnica, a partir de cada realidade.
5. Buscar identificar focos de excelência de assistência técnica, a nível local, garantir articulação e dar apoio.
6. Elaborar e executar programa de supervisão das ações.
7. Elaborar plano de intervenção e aplicação de recursos a partir das áreas mais críticas de pobreza FUMAC.
8. Se aproximar do sistema municipal de Governo para definir formas de atuação e

criar mecanismos de articulação.

9. Estabelecer diretrizes metodológicas para sistematizar a elaboração dos PMDS.
10. Buscar vínculos com Universidades e Centros Técnicos, com vista à transferência de capacidade técnico/científica.
11. Fazer treinamento e capacitação das ONG's sobre objetivos e características do Programa.
12. Apoiar a criação e/ou fortalecimento de ONG's orientadas à prestação de serviços de desenvolvimento rural.

MEDIDAS PARA O ÂMBITO DA PREFEITURA

1. Sensibilização das autoridades municipais para que tenham visão do desempenho econômico geral e para a descentralização administrativa.
2. Capacitação dos técnicos, a nível municipal, para apoiar o sistema integrado de planejamento e de organização e participação social.
3. Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

MEDIDAS PARA O ÂMBITO DOS CONSELHOS

1. Articular com os Conselhos Setoriais para evitar duplicidade de esforços e garantir integração de ações.
2. Capacitar os membros dos Conselhos Municipais.
3. Descobrir o potencial técnico local (independente do nível) e capacitá-lo.
4. Avaliar se as propostas das comunidades são técnico e economicamente viáveis.
5. Criar as condições para elaboração do PMDS.

6. **Buscar articulação entre os Conselhos Municipais**

MEDIDAS PARA O ÂMBITO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE

1. **Definir estratégia de capacitação comunitária por tipo de projeto.**
2. **Incentivar a criação de Centros de Capacitação Comunitário.**

TIPOS DE PROJETOS

1. **Buscar complementariedade dos Projetos.**
2. **Produtivos:**
 - a) **discussão com a comunidade sobre a viabilidade econômica e técnica do projeto.**
 - produção existente
 - mercado
 - capacidade técnico/operacional
 - gerenciamento
 - b) **treinamento** - operacionalização
 - gestão
 - c) **acompanhamento/assistência técnica.**
 - d) **gerar mecanismos para ter fundo rotativo**
 - e) **criar comitê de controle e acompanhamento da comunidade.**
3. **Infra-estrutura**
 - a) **projetos técnicos aprovados por entidades ou técnicos gabaritados.**
 - b) **conclusão atestada por técnico ou entidade credenciada, em função das especificações técnicas previstas.**
 - c) **capacitação das técnicas da UT, em questões específicas.**

Anexo 3: Sugestões do Grupo 2

MEDIDAS PARA O ÂMBITO ESTADUAL

1. Estabelecimento da área objeto de atuação do Programa - Antecede todo um conhecimento da realidade do Estado.
2. Conferir as UT's condições de estruturação compatíveis com as suas responsabilidades no Programa através da elaboração de um plano estratégico de operacionalização.
3. Criar mecanismos efetivos de articulação - Decisão político Administrativa do Estado com os diversos órgãos do Estado, viabilizando a contrapartida e assistência técnica setorial.

MEDIDAS PARA O ÂMBITO DAS UNIDADES TÉCNICAS

1. Progressiva substituição dos PAC's pelos FUMAC E FUMAC's P;
2. Definição de um Programa de divulgação caráter: educativo/pedagógico;
3. Desenvolver estudos no sentido de racionalizar o repasse dos recursos do Programa aos Municípios com o estabelecimento de tetos anuais especialmente para os FUMAC e FUMAC P;
4. Desenvolver níveis de articulação com as diversas instituições públicas e privadas existentes no Município -> visando reduzir o caráter da pontualidade;
5. Estabelecimento de um perfil de entrada antes de qualquer intervenção do PAPP II na comunidade;
6. Definição de uma Proposta de Capacitação articulada com os diversos órgãos setoriais que atuam na área de abrangência do Programa, visando a (parceria) a otimização dos recursos e tendo como referência maior o desenvolvimento sustentável;
7. Incentivar/apoiar a elaboração dos planos de desenvolvimento Municipal sustentável, sob a coordenação dos Conselhos;
8. A participação do Município no FUMAC' P estará condicionada a apresentação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável;

9. Implantar um sistema de informações gerenciais que contemple além das exigências contratuais todas as outras necessárias para um bom desempenho do Projeto;
10. Sensibilização;
11. Capacitação dos diversos agentes envolvidos;
12. Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável;
13. Descobrir, formular e apoiar o surgimento de agentes articuladores de capacitação principalmente nos FUMAC's;

MEDIDAS PARA VIABILIZAR OS PROJETOS PRODUTIVOS

- Encaminhar a discussão de retorno → formação de um Fundo Rotativo → Formação de capitalização.
- Calcular custo/benefício dos projetos.
- Integrar/articular com agentes financiadores - BNB, FUNDEC - visando a complementariedade/sustentabilidade do Projeto.
- Infra-estrutura Física/Social.
- Articular o PAPP com Programas / órgãos setoriais existentes na área - Agentes de Saúde - Abastecimento de água.
 - Educação
 - Saelfa/Cagepa
- **CRIAR MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS PROJETOS:**
 - Via Comitê
 - Associação
 - Conselhos

Anexo 4: Sugestões do Grupo 3

Os trabalhos do Grupo foram presididos por Tânia Bacelar e relatados por Otamar de Carvalho.

1. PONTOS LEVANTADOS PELOS MEMBROS DO GT-3

1.1 Mercedes Basco

Disse que convinha redirecionar o PAPP, na linha da geração de renda. O mercado não foi praticamente mencionado. Os problemas financeiros não são tratados adequadamente. Haveria, pois, que pensar em identificar e tornar disponíveis recursos financeiros, a fundo perdido. Durante as discussões também não havia se tratado da questão gênero.

As atividades rurais são conduzidas com o apoio das mulheres, mas o esforço destas não era considerado nos trabalhos de participação. Se as mulheres não participam, não se tem um diagnóstico participativo e soluções mais adequadas. É importante incluir as mulheres nas diferentes atividades do Programa, principalmente nas de capacitação.

É bom não esquecer que uma postura dessa natureza não é de corte feminista, mas pertinente aos problemas do meio rural do Nordeste.

Gostaria de conhecer também os instrumentos do programa: convênios e projetos. Os projetos não precisam ser de uma página, que se ponha todo o tempo necessário para fundamentar os projetos. Essa questão também faz parte do processo de capacitação.

A questão institucional é também importante. O planejamento deve ser associado, participativo. Uma gestão e uma monitoria associados. A UT tem que conter pessoas das ONGs e de outras organizações, além de representantes do Estado e do município.

1.2 Carlos Varela (do Equador)

Os projetos têm que ser bem localizados, *bien ubicados*. O BIRD não é uma agência para resolver realmente os problemas de desenvolvimento. Quais são as estruturas que estão sendo utilizadas, qual é sua natureza. Há uma vontade política de descentralizar? No Equador, não se fala deste assunto. O IICA é quem está falando do tema.

Quão próxima a visão de Carlos Jara está do modelo do Ceará?

1.3 Otamar

As ações do PAPP deveriam ser definidas no quadro de um plano estadual, na linha dos que estão sendo elaborados pelos estados. As ações do PAPP não são detalhadas em um programa, pois o BIRD e os órgãos executores dos estados não fazem isso. Os projetos são elaborado apenas de acordo com as regras de financiamento, estabelecidas pelo BIRD com as U Ts.

1.4 Amenair

Todos sabem que o PAPP não se constitui em um instrumento de desenvolvimento, mas de alívio à pobreza. Mas como é o único instrumento com que se conta para melhorar as condições dos pobres, neste sentido, seria importante aproveitá-lo para apoiar a elaboração de planos de desenvolvimento municipal-PMDs. Esses planos deveriam ser elaborados de forma bem simplificada, mas dando conta da realidade. O PDM seria integrado pelos planos das comunidades.

Os municípios hoje contam com muitos conselhos, havendo municípios que contam com até oito. O ideal seria haver um só conselho, com a representação de todos os interesses.

Os PDMs deveriam ser estimulados pelos estados. Ao BIRD pode não interessar o financiamento desses planos. Para ela, conviria adotar as idéias de planejamento constantes da proposta de Carlos Jara. Sua metodologia pode ser implementada, mas precisa ser simplificada, considerando a pobreza das comunidades a serem dela beneficiada. A metodologia não diz qual o tempo a ser usado para elaborar esses PDMs. Isso precisaria ser definido.

As brechas da capacitação devem ser aproveitadas, ainda usando a contribuição dos técnicos. A capacitação deve ser para as organizações e para os técnicos.

1.5 Tânia

Nós concluímos, aqui, que o PAPP não é um programa de desenvolvimento, mas de alívio à pobreza. Como então usá-lo para o associar a outros programas ? Um PDM contribuiria para isso?

Mas o PAPP é também um programa de reprodução das elites políticas, e a pobreza é um instrumento de reprodução das políticas públicas. Se não for feito nada, o Programa vai continuar sendo o que sempre foi. O padrão de pobreza de hoje é pior do que o há dez anos atrás. Como combater essas tendências? Publicizando o instrumento, criando espaços públicos para discuti-lo. Os espaços criados foram destruídos, como aconteceu com a CRDR.

A descentralização é multicausal. Não é apenas o BIRD que a quer. A sociedade quer também e muitos segmentos também.

Em que o PAPP pode ajudar nisso? Em vez de o FUMAC ser instrumento para

a criação de conselhos, passaria a funcionar como instrumento de capacitação, inclusive dos conselhos. Quem sabe fazer o FUMAC, poderá saber fazer FNE, FAT etc. Poderia o PAPP ajudar a criar essa capacitação. Essa possibilidade não está impedida no contrato do Banco Mundial. O desafio é o da capacitação. É fazer com que as pessoas e as organizações criem capacidade, saibam preparar programas, projetos e pleitos diversos.

1.6 Sérgio Sepúlveda

Estamos dentro dos limites. Temos que bem usar as migalhas, fazendo com elas um banquete. A proposta de Carlos Jara é um ponto de referência. Assim sendo, como transformar o PAPP, aproveitando as brechas? Primeiro, mudando a institucionalidade. Como? Transformar o homem e as instituições, a serem capacitadas. Há que ter uma concepção clara a este respeito. Outro ponto fundamental: a possibilidade de construir metodologias de trabalho, para aproveitar bem as brechas. Quando o Banco Mundial sair, com o dinheiro, o que ficará de sustentável é a capacidade de pensar.

O PAPP poderá permitir a criação de novos mecanismos de transferência de recursos financeiros aos municípios.

Finalmente, a hierarquização dos investimentos nas dimensões do desenvolvimento sustentável, para que se possa sair das casas de farinha, se chegando a projetos sustentáveis, efetivamente. Isto leva aos cenários sobre o que fazer.

1.7 German Escobar

Há que continuar a buscar formas de melhor utilizar esse tipo de fundo, que é comum a toda a América Latina. Os limites do PAPP tendem a ser maiores do que os que imaginamos. O PAPP isoladamente talvez nem contribua para aliviar a pobreza.

Há que pensar no "empowerment", como o faz Carlos Jara. O PDM tem que ter a participação de todos os grupos locais.

1.8 Ivanilson

Há que partir rapidamente para se informar as comunidades sobre o PAPP e outras possibilidades. Neste sentido, o PAPP funcionaria como um instrumento de informação. Haveria que preparar programas específicos a este respeito.

A capacitação tem que ser vista de outra forma. Esse povo que está aí não tem condição de criar a capacitação necessária, dentro da utopia dos produtores. As metodologias são frágeis. O modelo da municipalização pode ser vendido sem se adequar aos interesses das comunidades locais. Como sensibilizar o pessoal que trabalha a esse nível sobre as novas realidades. Está-se colocando as ONGs no mesmo rol.

Há que formar as pessoas, desestruturando a cabeça das pessoas, formando

pessoas que sejam sensíveis às novas necessidades.

1.9 José Ailton

Estamos trabalhando com três cenários. O primeiro corresponde a não fazermos nada, ou seja, vamos contribuir para piorar as condições atuais. O segundo cenário é o de manutenção do **status quo**. E o terceiro é um cenário de melhorar as coisas, apesar das restrições, utilizando o PAPP como uma ferramenta que auxilie a mudança.

Há quatro questões que precisam ser respondidas:

- a) como transformar o PAPP em instrumento da **descentralização coordenada**? Com quem vamos operar e como vamos transformar a realidade?
- b) como melhorar a articulação dos estados e das unidades técnicas? Com que métodos?
- c) como avançar na transformação da própria concepção do PAPP? Este trabalho exige a contribuição dos "velhos".
- d) como melhorar as ações de capacitação, seja da comunidade e da própria equipe técnica. Quais as linhas de ação?

1.9 Expedito Rufino

O PAPP não responde às questões colocadas por Mercedes. A mulher é, por exemplo, quem faz o beneficiamento da produção familiar.

Qual é o papel do Estado: de incorporador, articulador? Há é que desprivatizar o Estado e o PAPP. O programa foi privatizado. O caminho passa pela publicização, fortalecendo a sociedade, criando instrumentos que sejam capazes de permitir uma maior participação da sociedade.

Já houve instrumentos neste sentido, como a CRDR.

Quer defender Carlos Jara. O que ele diz faz parte de um sonho, mas já é realidade. O Estado é que não está aceitando as propostas. Mas estas fazem parte de uma prática democrática.

O Ceará está usando mecanismos de eliminação dos conflitos locais, com os conselhos regionais. Há que criar instrumentos para divulgar as possibilidades de outros programas, como o FNE, FAT etc. Isto está na linha da nova capacitação. Instrumentos de crédito, com o cooperativismo de crédito. Já há, inclusive, associações de produtores, que emprestam seus recursos a outros.

II - MEDIDAS PARA LEVAR AS PERGUNTAS À PRÁTICA

Estabelecidas as perguntas básicas, constantes do item VII, subitem 2, foram indicadas providências concretas para cada uma das perguntas formuladas, abrangendo os âmbitos regional, estadual, sub-regional e local, assim como todos os instrumentos e tipos de projetos, como se indica a seguir:

1. Como usar o PAPP como instrumento da **descentralização coordenada**? Com quem e com que mecanismos?

- a) criar um **forum regional de articulação do PAPP**, com objetivos de promover o intercâmbio entre os Estados que participam do PAPP Reformulado, promover a interação do Programa com outros programas, que possam potencializar seus efeitos (FNE, PRONAF, PROCERA, FAT, PROGER etc.) e melhorar a articulação governo-sociedade civil, a nível do PAPP;
- b) criar **conselhos estaduais de coordenação do PAPP**, com objetivos de articular os programas, a nível de cada estado, acompanhar a execução do Programa e definir prioridades de atuação e melhorar a relação entre governo estadual e sociedade civil;
- c) criar **conselhos municipais de desenvolvimento sustentável-CMDS**, com objetivos de planejar o desenvolvimento municipal-local, articular os programas municipais com outros programas, acompanhar e reorientar as ações dos planos municipais de desenvolvimento;
- d) elaborar planos municipais de desenvolvimento municipal, que articule o PAPP com outros programas de desenvolvimento local; e
- e) elaborar planos sub-regionais e estaduais de desenvolvimento sustentável, que forneçam orientações para o PAPP e os planos municipais.

2. Como melhorar a **publicização** (menos governamental, menos manipulado e, portanto, mais democrático) do PAPP? Com que instrumentos e medidas?

- a) criar **conselhos estaduais de coordenação do PAPP**, indicados na alínea b do item anterior; e
- b) montar uma base de informação sobre as atividades do Programa e criar mecanismos de divulgação.

3. Como ampliar ou potencializar os efeitos do PAPP, na direção do desenvolvimento sustentável e não apenas do alívio à pobreza?

- a) instituir os PMDs, onde o PAPP aparece como um programa

importante;

- b) incluir, sistematicamente, na pauta de reunião dos CMDS a discussão de outros programas de desenvolvimento local, que possam potencializar os resultados do PAPP, se devidamente articulados a ele; e
- c) propiciar a discussão pelos conselhos que operam o FUMAC e o FUMAC-P das questões ligadas à identificação de novas oportunidades de investimento em escala local, gerando um processo educativo, pedagógico, de compreensão da dinâmica do mercado globalizado e seus espaços a nível local.

4. Como melhorar a capacitação das equipes técnicas e das comunidades?

- a) incorporar o enfoque de gênero em todas as atividades de capacitação do Programa;
- b) negociar com o Banco Mundial, para os próximos contratos de PAPP Reformulado a inclusão de tratamento prioritário para contrapartidas de recursos estaduais, alocados em programas de capacitação, ampliando essa diretriz para os contratos já firmados com ou outros estados;
- c) privilegiar como áreas temáticas prioritárias, nos programas de capacitação:
 - técnicas de comunicação para a mobilização e organização das unidades produtivas associativas e das comunidades;
 - habilitação pedagógica e didática da aprendizagem e do ensino, voltadas para o meio rural;
 - conhecimento dos programas de desenvolvimento local;
 - capacitação tecnológica;
 - planejamento, gestão, acompanhamento e avaliação de programas e projetos;
 - conhecimento dos instrumentos de financiamento.

5. Como melhorar a assistência técnica aos projetos?

- a) ampliar o conceito de assistência técnica, para incluir nele além da transferência tecnológica a transferência de conhecimento sobre formas associativas de organização, sobre formas e sistemas comercialização, tecnologias de gerenciamento de matérias-primas, gerenciamento de recursos humanos, entre outros;

- 6. Como melhorar os instrumentos financeiros (criar novos e usar melhor os existentes)?**
 - a) estimular a criação de fundos de desenvolvimento municipal, gerenciados pelos CMDs, com definição de normas de funcionamento e financiamento dos projetos em sistemas combinados ("mix") de recursos. Evitar sempre o uso exclusivo de recursos a fundo perdido.**

- 7. Como desenhar e criar um sistema de informação para aumentar a eficácia do PAPP, inclusive divulgando outros instrumentos?**
 - a) Incluir nos planos estaduais, sub-regionais e municipais projetos de base informacional e de comunicação, adequados às demandas dos beneficiários-produtores e das instituições envolvidas.**

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA
SHIS Q15, CONJUNTO 9, BLOCO D, COMÉRCIO LOCAL, CEP 71615-090, BRASÍLIA, DF, BRASIL
CAIXA POSTAL 02995, CEP 71609-970, TELEFONE: (061) 248-5477, FAX: (061) 248-5807
ENDEREÇO TELEGRÁFICO: IICA-BRASIL RNP (INTERNET) lica@cr-df.rnp.br